

**Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**

**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

**Cultura política, capital social e protagonismo juvenil: uma análise do comportamento político de jovens de Porto Alegre**

Renato Dutra Bicca<sup>1</sup>  
Jennifer Azambuja de Moraes<sup>2</sup>

## **1 Introdução**

Pesquisas de opinião realizadas nas últimas décadas (SOUZA, 1983; BAQUERO, 1998 e 2008; SCHMIDT, 2001; GONZÁLEZ, 2018) têm constatado, sistematicamente, que o padrão de comportamento político exibido pelos jovens, em comparação ao passado, é uma mistura já conhecida de participação episódica, somada à passividade e ao não engajamento. No contexto político brasileiro atual, também tem se observado um declínio no envolvimento político e cívico da juventude, coincidindo com os baixos índices de interesse na política e desconfiança no sistema político como um todo, o que indica que o modelo de cultura política juvenil estabelecido mantém elementos de ambiguidade presentes na cultura política brasileira, marcada pela baixa eficácia política, descrença nos políticos e nas instituições tradicionais de representação (GONZÁLEZ, 2018).

Na ciência política, particularmente em estudos de abordagem culturalista, o conceito de cultura política tem sido comumente utilizado para designar o conjunto de normas, valores, atitudes e orientações políticas que afeta o envolvimento dos indivíduos com a vida pública (ALMOND e VERBA, 1970). Um de seus pressupostos teóricos é que, para o fortalecimento de um regime democrático, além da dimensão formal de governança e dos aspectos convencionais do funcionamento democrático, é necessário haver uma base normativa forte de apoio à democracia e suas instituições, ou seja, uma cultura política que seja crítica e participativa. Tal premissa é fundamental, sobretudo em relação ao papel dos jovens no processo de construção democrática. Contudo, sabe-se que a cultura política não é um fenômeno uniforme, pois ainda que existam características que podem ser compartilhadas por todos, outras, no entanto, diferem conforme determinados setores e/ou grupos sociais, como no caso da juventude.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS). Bolsista CAPES. E-mail: renato.bicca@ufrgs.br.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS). Bolsista CAPES. E-mail: jennifer.amorais@gmail.com.

**Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**  
**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

Assim como a cultura política, o conceito de capital social também nos ajuda a compreender de que forma se pode potencializar a participação dos cidadãos nos processos políticos. Para Putnam (2006), são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam os estoques de capital social nela existentes. Entretanto, estudos sobre socialização política juvenil demonstram que esses processos têm se manifestado em uma cidadania pessimista, pouco participativa e indiferente em relação à política e às instituições democráticas. À vista disso, o aporte teórico sobre cultura política e capital social torna-se relevante na tentativa de explicar esse distanciamento e a apatia dos jovens em relação à política.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento político da juventude porto-alegrense, buscando compreender quais fatores contribuem ou exercem maior influência para a falta de interesse e distanciamento da população jovem a respeito da política. O artigo está estruturado em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se o procedimento metodológico e o método de pesquisa empregado no artigo. Na segunda parte, examinam-se os conceitos de socialização política, cultura política; principalmente em relação à perspectiva de Almond e Verba, bem como o de capital social – especialmente de Robert Putnam – no campo da ciência política. Na última seção do artigo, analisam-se os dados e os resultados obtidos com a investigação.

## **2 Metodologia**

A abordagem metodológica adotada no presente artigo será quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo *survey*, no intuito de descrever ou explicar características de opiniões, de traços e de atributos de uma determinada população (jovens estudantes) através da utilização de uma amostra representativa, aliada a técnicas sistemáticas específicas de análise. A geração dos dados em *survey* foi conduzida por meio de um questionário semiestruturado autoaplicável, que fornece às pessoas um meio para expressar de forma anônima as suas crenças e opiniões.

Para tanto, são utilizados os dados da pesquisa empírica *Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil*<sup>3</sup>, conduzida pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), vinculado ao

---

<sup>3</sup> A pesquisa também foi aplicada nas cidades de Florianópolis/SC (entre maio e junho de 2016), com 571 jovens e Curitiba (em abril de 2016), com 774 jovens.

## Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política

Montevideo, 10-12 de julio de 2019

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa foi aplicada no ano de 2015 (entre os meses de abril e junho), na cidade de Porto Alegre (RS), com 690 jovens estudantes do ensino médio, de escolas públicas e privadas, entre 13 e 24 anos de idade e de ambos os sexos.

### 2.1 Análise de regressão logística binária

No presente estudo, o método estatístico utilizado para prever as variáveis independentes (explanatórias) de cultura política e capital social e a falta de interesse em política (variável resposta ou dependente) pelos jovens estudantes de Porto Alegre é a regressão logística binária. Nesse método estatístico, a variável resposta (a que se pretende conhecer ou prever) possui apenas duas categorias, isto é, seus valores podem ser representados por zero (0) e um (1), onde zero denota a ausência de uma determinada característica e um a ocorrência desta característica. No presente artigo, a variável resposta (variável dependente) escolhida foi a questão número três: “*Você se interessa por política?*”. Como esta era uma questão de múltipla escolha<sup>4</sup>, a variável foi recodificada para apenas duas opções, sendo 0= Não e 1= Sim.

Nesta situação, o modelo logístico binário é a ferramenta mais adequada para o uso da variável resposta binária. Entre as variáveis independentes, foram selecionadas 29 questões (num total de 69), todas relacionadas às temáticas da cultura política e de capital social. Após a seleção das variáveis, foi realizada a análise fatorial exploratória<sup>5</sup>. A principal função das diferentes técnicas de análise fatorial, aponta Hair et al. (2006 apud FIGUEIREDO e SILVA, 2010), é reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas a um número reduzido de fatores. Dessa forma, os fatores representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto de variáveis observadas. Extraídos a partir do método de extração de componente principal, chegou-se a um número fixo de sete fatores (componentes) distintos<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> O (a) entrevistado (a) poderia escolher entre as seguintes opções: (1) Muito, (2) Pouco e (3) Nenhum interesse.

<sup>5</sup> Para a análise fatorial, também foram solicitados o teste de esfericidade de Bartlett e KMO, os métodos de rotação Varimax e de escores de Bartlett (para estimar os coeficientes de escore dos fatores) e o teste de confiabilidade.

<sup>6</sup> Foi solicitada a extração de um número fixo de sete fatores para uma melhor adequação das variáveis em cada componente.

**Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**  
**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

**Tabela 1 - Matriz Componente rotacionada<sup>a</sup>**

	Componente						
	1	2	3	4	5	6	7
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Conselho Escolar	,760	,045	,180	,229	,189	,007	,138
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Grêmios Estudantis da escola	,740	,140	,015	,157	,191	-,008	,017
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Movimentos Estudantis	,736	,183	,097	,213	,174	-,023	,102
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Escola	,630	-,035	,179	,079	,281	,110	,314
Você costuma participar de: Manifestações, protestos, passeatas	-,156	,766	,006	,008	,191	-,017	,032
Você costuma participar de: Movimentos Sociais	,095	,726	-,045	,050	,055	,101	,034
Você costuma participar de: Abaixo assinados	,100	,631	-,059	,025	,028	,088	-,051
Você costuma participar de: Atividades no seu bairro	,163	,602	,098	,063	-,002	,030	-,071
Você costuma participar de: Organizações Não Governamentais (ONGs)	,158	,457	,040	-,076	-,180	,268	-,028
Você costuma participar de: Ocupações de terrenos ou prédios públicos	-,094	,437	-,007	,000	-,246	,010	,088
Você costuma participar de: Orçamento participativo	,214	,306	-,054	,020	-,300	,177	-,064
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Rádio	,242	-,062	,828	,089	,096	-,022	,067
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Jornal Impresso e Revista	,202	-,052	,825	,090	,055	-,073	,109
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? TV	,043	-,059	,792	,125	,016	,039	,066
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Internet	-,089	,160	,567	,114	,157	,018	,071
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Presidente	,146	,044	,024	,813	,154	,114	,034
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Governo Federal (Ministros)	,140	,061	,175	,800	,051	,078	,090
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Partidos Políticos	,107	,045	,132	,754	,035	,051	,040
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Judiciário (Juizes e tribunais)	,269	-,083	,143	,550	,059	-,076	,298
Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Seus amigos	,013	,090	,081	,111	,723	-,063	,136
Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Seus colegas de aula	,144	,077	,053	,217	,644	,013	,093
Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Seus pais	,135	-,131	,061	-,081	,634	-,028	,021
Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Seus familiares	,245	-,067	,060	,009	,583	-,107	-,056
Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Seus professores	,345	,041	,087	,137	,552	,077	,104
Você costuma participar de: Reuniões Políticas	,025	,161	-,022	,049	-,075	,862	-,064
Você costuma participar de: Comícios Políticos	,081	,020	-,026	,097	,018	,827	-,075
Você costuma participar de: Partidos Políticos	-,084	,154	,023	,040	-,068	,719	,113
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Forças Armadas	,159	-,040	,102	,068	,146	-,061	,852
Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Polícia	,166	,021	,183	,231	,071	,035	,785

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.  
Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.  
Fonte: Elaborada pelos autores.

**Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**  
**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

<b>Quadro 1 - Análise Fatorial</b>	
Fator 1	Confiança Instituições Escolares
Fator 2	Participação Política Não Convencional
Fator 3	Confiança Instituições Midiáticas
Fator 4	Confiança Instituições Formais da Política
Fator 5	Confiança Instituições Próximas
Fator 6	Participação Política Convencional
Fator 7	Confiança Instituições de Segurança

Fonte: Elaborada pelos autores.

O primeiro fator reúne as variáveis sobre confiança nas instituições escolares (conselhos escolares, grêmios estudantis, movimentos estudantis, bem como a própria escola). O fator dois agrupou as variáveis relacionadas à participação política não convencional, ou seja, realizada fora do âmbito tradicional de representação, como os movimentos sociais, passeatas e manifestações, ONGs, orçamento participativo, entre outras atividades. Já o fator três agrupou variáveis relacionadas à confiança nas instituições midiáticas, como a televisão, o rádio, mídias impressas (jornais e revistas) e a internet (principalmente as redes sociais). No fator quatro, foram reunidas as variáveis sobre a confiança nas instituições formais da política, tais como o Presidente da República e seus ministros, o Judiciário e, principalmente, os partidos políticos. No quinto fator, estão reunidas as variáveis sobre confiança nas instituições próximas, como família, amigos, professores e colegas de escola. No sexto, estão presentes as variáveis sobre participação política convencional, ou seja, realizada através dos tradicionais mecanismos de representação (partidos políticos), assim como em comícios e reuniões políticas. E, por último, o fator sete agrupou as variáveis relacionadas à confiança nas instituições de segurança, como a polícia e as Forças Armadas.

### **3 Socialização juvenil e comportamento político: influências da cultura política e do capital social**

A articulação entre os termos “juventude” e “política” tem sido compreendida principalmente através do conceito de socialização política, definida como o conjunto de

## **Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**

**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influenciado na cristalização do seu papel como ator significativo no sistema político e nas crenças, atitudes e opiniões que ele desenvolve em relação à política e às instituições políticas (ALMOND e VERBA, 1970; BAQUERO, 1998 e 2008; BAQUERO e GONZÁLEZ, 2018; GREENSTEIN, 2009; HESS e TORNEY, 1970; HYMAN, 1969; NAZZARI, 2005 e 2006; SCHMIDT, 2001).

Em estudos sobre socialização política de jovens, a premissa principal é que as atitudes e valores políticos desenvolvidos durante a infância e adolescência desempenham um papel importante na formação da identidade política dos indivíduos de uma sociedade. No entendimento de autores como Berger e Luckmann (2001) e Sigel (1970), a socialização torna-se um processo complexo e múltiplo, visto as condições em que pode ocorrer. Desse modo, a socialização política indicaria, num primeiro momento, o processo de preparação necessário para que os indivíduos possam participar da atividade política.

Outra questão importante diz respeito ao desenvolvimento das atitudes políticas desejáveis. Segundo Baquero (1998 e 2008), esse processo depende, especialmente, do tipo de interações que um indivíduo desempenha em seu cotidiano e meio social. Do ponto de vista dos culturalistas políticos, as experiências ocorridas durante os primeiros estágios de vida dos indivíduos e pelas diferentes agências socializadoras são reconhecidas como experiências com autoridade pré-política.

Somado a isso, aponta-se o surgimento de uma expectativa de, conforme Baquero (1998), eventualmente, participar na arena política caso ele, no passado, tenha participado de processos de tomada de decisão na família, escola, associações comunitárias, entre outros. Assim, a socialização política induziria os indivíduos a tornarem-se atores políticos multifacetados, de tal modo que, na fase adulta, possa identificar-se com valores e crenças políticas, com efeitos amplos e específicos no seu comportamento político.

### **3.1 Cultura política**

O conceito de cultura política tem sido definido pela literatura como o processo pelo qual as orientações e atitudes dos sujeitos se estruturam em relação ao sistema político (ALMOND e VERBA, 1970). De acordo com Almond e Powell (1972), é através da socialização política ocorrida durante a infância que os valores e as atitudes relacionadas à

## **Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**

**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

política são mantidos ou transformados na fase adulta, influenciando o comportamento político do indivíduo e definindo a sua posição dentro do sistema político.

De acordo com Moisés (1992 e 2008), o estabelecimento de uma cultura política ou cultura cívica corresponderia a cidadãos que, politicamente ativos, demonstrariam certa propensão para combinar participação e confiança interpessoal em deferência às autoridades. Almond e Verba (1970) também consideram a cultura cívica um pressuposto básico para a institucionalização e a estabilidade dos regimes democráticos.

Entretanto, um sistema democrático não garante por si só o surgimento de práticas democráticas. Conforme aponta Moisés (1992 e 2008), a cultura política deve ser compreendida como uma variável interveniente, isto é, que se articula em maior ou menor grau, seja com variáveis estruturais e instrumentais, seja com variáveis especificamente políticas. Valores culturais têm sido elementos fundamentais na análise e compreensão do comportamento político e funcionamento das instituições democráticas.

Contudo, é necessário salientar que regras e instituições podem sofrer mudanças ao longo do tempo, permitindo o surgimento de novos valores e de novos elementos, modificando de modo estrutural e conjuntural a cultura política dos indivíduos. Considera-se assim que, “a mescla entre orientações valorativas e orientações pragmáticas – derivadas do julgamento do desempenho das instituições – cria o ambiente em que se definem as atitudes e as percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político” (MOISÉS, 2008, p. 12).

### **3.2 Capital social**

Apesar de ser um tema recente na ciência política e na sociologia, o termo capital social ressurge mais intensamente na década de 1990, em distintas áreas do conhecimento e com inúmeras abordagens históricas. Basicamente, o conceito de capital social refere-se a características presentes nas redes sociais informais desenvolvidas no cotidiano dos indivíduos, normas de reciprocidades, informação e confiança que podem propiciar benefícios diretos ou indiretos, pessoais (LIN, 2001 apud NAZZARI, 2006) ou coletivos (COLEMAN 1990; PUTNAM, 2006) para o bem-estar da comunidade. Em suma, o capital social é a norma informal indireta que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. (NAZZARI, 2006).

## Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política

Montevideo, 10-12 de julio de 2019

No entendimento do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999), em contraste com o capital cultural, econômico e simbólico, esclarece que o capital social como sendo

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também são unidos por *ligações* permanentes úteis (BOURDIEU, 1999, p. 65, grifo do autor).

Nessa perspectiva, as redes sociais não são dadas como algo natural, mas construídas através de investimentos racionais pautados por estratégias diversas, tendo como fim a obtenção de outros benefícios. Putnam (2006) toma como ponto de partida epistemológico o referencial colemaniano, desenvolvendo instrumentos empíricos capazes de verificar em que medida o capital social pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva, no intuito de se obter cooperação social (HIGGINS, 2005; PUTNAM, 2006).

Segundo o autor (PUTNAM, 2006, p. 177), “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Afirma ainda que, a participação das pessoas em atividades associativas tem valor expressivo no desenvolvimento de normas de reciprocidade e de confiança interpessoal e institucional, e na vinculação com o funcionamento das instituições democráticas, fomentando uma cultura política mais democrática, adaptada à participação e à tolerância (PUTNAM, 2006).

O pressuposto central do conceito é de que quanto mais os cidadãos participam de forma ativa de redes associativas, maior será o envolvimento dessas pessoas em questões políticas e maior será a confiança creditada no poder público. Para Misztal (1998 apud NAZZARI, 2005, p. 147), a confiança não é somente uma condição necessária para se manter a ordem social ou um mecanismo de solução para o problema da cooperação, ela também cria as condições para o desenvolvimento da solidariedade, tolerância e legitimação do poder.

Deste modo, a ação de “empoderamento” poderia ser utilizada como uma ferramenta de fortalecimento da autoconfiança de grupos sociais desfavorecidos – como os jovens –, com o propósito de capacitá-los para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca de um propósito comum ao grupo. Assim, dotados de autonomia e capacidade de

## Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política

Montevideo, 10-12 de julio de 2019

intervenção na realidade, os indivíduos poderiam auferir uma vida autodeterminada e autorresponsável nos processos de participação, discussão e decisão (SILVEIRA e AMORIM, 2005).

O conceito de capital social, como um modelo de análise político, nos permite conhecer maneiras de se potencializar a participação na arena política, principalmente em relação a grupos minoritários. Estudos que envolvem capital social afirmam que as sociedades apresentam um melhor funcionamento e rendimento quando os cidadãos confiam uns nos outros e trabalham cooperativamente em prol de um bem comum (SILVEIRA e AMORIM, 2005).

### 4 Análise de dados e interpretação dos resultados

Nesta seção do artigo são apresentados os resultados e as análises dos testes. Na regressão logística binária, foi solicitado o teste de ajuste do modelo (*goodness-of-fit*), através do teste de Hosmer e Lemeshow e para a análise da consistência do modelo, avaliou-se também a significância estatística de cada fator (valor de p de Wald), razões de chance (*odds ratio*) e seus intervalos de confiança (IC-95%).

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		0,82
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	5001,137
	df	406
	Sig.	0

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a medida de KMO de adequação de amostragem (Tabela 2), percebe-se que o método de análise fatorial mostrou-se perfeitamente adequado para o tratamento dos dados, visto que seu valor é de 0,82 (valor próximo de 1,0). O valor de significância do teste de esfericidade de Bartlett mostrou-se muito pequeno (Sig.<0,05), o que nos permite concluir a possibilidade de adequação do método de análise fatorial para o tratamento dos dados. Ou seja, as variáveis estão correlacionadas significativamente<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> A medida de adequação de amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) tem como objetivo testar se as correlações parciais entre as variáveis são pequenas. Já o teste de esfericidade de Bartlett visa testar se a matriz de correlações é uma matriz de identidade, que indicaria se o modelo de fator é inadequado.

**Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**  
**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

**Tabela 3 – Variância total explicada**

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas rotativas de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	5,714	19,703	19,703	5,714	19,703	19,703	2,732	9,42	9,42
2	3,131	10,795	30,498	3,131	10,795	30,498	2,565	8,846	18,266
3	2,058	7,098	37,595	2,058	7,098	37,595	2,546	8,781	27,047
4	1,756	6,054	43,649	1,756	6,054	43,649	2,515	8,673	35,719
5	1,506	5,193	48,842	1,506	5,193	48,842	2,495	8,603	44,322
6	1,316	4,538	53,38	1,316	4,538	53,38	2,141	7,383	51,705
7	1,197	4,127	57,507	1,197	4,127	57,507	1,683	5,802	57,507

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme se observa na Tabela 3, foram retidos sete autovalores, o que explica 57,50% da variação dos dados, ou seja, explica um pouco mais da metade do teste. Como visto anteriormente, o método de rotação de fator selecionado foi o método Varimax; método que tem como função minimizar o número de variáveis que possuem altos carregamentos em cada fator e, desse modo, simplificar a interpretação dos fatores.

**Tabela 4 – Teste de confiabilidade**

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
0,83	0,82	29

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 4 foi realizado o teste de confiabilidade. A análise de confiabilidade permite estudar as propriedades das escalas de medida e os itens que compõem as escalas. Seu procedimento calcula um número de medidas normalmente utilizadas de confiabilidade da escala, fornecendo informações sobre os relacionamentos entre itens individuais na escala. No caso alfa de Cronbach, o modelo apresentado é de consistência interna, com base na correlação média entre os itens, e que produz estatísticas descritivas para os itens entre os casos. Com um alfa de Cronbach de 0,83, pode-se afirmar que a consistência interna do questionário utilizado é boa, pois o valor de alfa situa-se entre 0,81 e 0,90<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Existem diferentes interpretações do coeficiente alfa de Cronbach. No entanto, para este trabalho, utilizou-se a avaliação do coeficiente alfa de George e Mallery (2003).

**Trabalho apresentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**  
**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

**Tabela 5 – Testes de Hosmer e Lemeshow**

	Qui-quadrado	df	Sig.
Confiança Instituições Escolares	8,52	8	0,38
Participação Política Não Convencional	9,3	8	0,32
Confiança Instituições Midiáticas	3,71	8	0,88
Confiança Instituições Formais da Política	7,07	8	0,53
Confiança Instituições Próximas	6,87	8	0,55
Participação Política Convencional	1,67	8	0,99
Confiança Instituições de Segurança	2,04	8	0,98

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 5 foi solicitado o teste de Hosmer e Lemeshow. O teste de Hosmer e Lemeshow (2000) mede o grau de precisão do modelo logístico. Sua finalidade é verificar se existem diferenças significativas entre as classificações realizadas pelo modelo e a realidade observada. Com este teste, busca-se não rejeitar a hipótese de que não existem diferenças entre os valores previstos e os observados. O ajuste adequado do modelo é indicado por um valor Qui-quadrado não significativo (Sig.>0,05). Como se pode observar, em todos os casos, os valores estão acima de 0,05, isto é, estão adequados para a análise de regressão logística. O modelo proposto pode explicar bem o que se pretende observar.

**Tabela 6 – Variáveis na equação**

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
							Inferior	Superior
Confiança Instituições Escolares	-0,066	0,11	0,363	1	0,55	0,936	0,75	1,16
Participação Política Não Convencional	-0,577	0,104	30,55	1	0,00	0,562	0,46	0,69
Confiança Instituições Midiáticas	0,202	0,111	3,297	1	0,07	1,223	0,98	1,52
Confiança Instituições Formais da Política	-0,355	0,106	11,31	1	0,00	0,701	0,57	0,86
Confiança Instituições Próximas	-0,192	0,111	2,986	1	0,08	0,825	0,66	1,03
Participação Política Convencional	-0,307	0,097	10,02	1	0,00	0,735	0,61	0,89
Confiança Instituições de Segurança	0,05	0,11	0,209	1	0,65	1,052	0,85	1,31

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por fim, na Tabela 6 é apresentado o conjunto de variáveis que compõem o modelo ajustado para os jovens estudantes juntamente com os valores estimados dos coeficientes do modelo (B), o erro padrão dos coeficientes (S.E.), valor de p de Wald, a probabilidade de significância (Sig. ou p-valor), assim como a razão de chances (*odds ratio*) e o intervalo de confiança de 95% para a razão de chances. Analisando os resultados obtidos, observa-se que as únicas variáveis que foram realmente significativas estatisticamente (p-valor<0,05) na

## **Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**

**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

explicação da relação das variáveis com o desinteresse dos jovens pela política foi a “Participação Política Não Convencional”, a “Confiança nas Instituições Formais da Política” e a “Participação Política Convencional”.

O coeficiente negativo (-0,577) para a variável de participação em mecanismos ou atividades não tradicionais da política sugere que o jovem que costuma participar dessas atividades tem uma probabilidade menor de demonstrar desinteresse pela política do que o jovem que não participa. A razão de chances (ou *odds ratio*), segundo Agresti (2003 apud REIS et al., 2010) é definida como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de não ocorrer em outro. No caso da variável participação política não convencional, a razão de chance de 0,562 indica que o jovem que participa desses mecanismos tem 43,8% menos chance de apresentar falta de interesse quando comparado ao jovem que não participa.

O coeficiente negativo (-0,355) para a variável de confiança nas instituições formais da política sugere que o jovem que costuma confiar nessas instituições (presidente, partidos políticos, poderes legislativo, executivo e judiciário), tem uma probabilidade menor de demonstrar desinteresse pela política do que o jovem que não confia. A razão de chance de 0,701 indica que o jovem que confia nessas instituições tem aproximadamente 30% menos chance de demonstrar falta de interesse na política se comparado ao jovem que desconfia das instituições.

Na última variável significativa, sobre a participação política convencional, o coeficiente negativo (-0,307) aponta que o jovem que costuma participar de atividades ou de mecanismos da política tradicional tende a apresentar uma probabilidade menor de distanciamento da política se comparado ao jovem que não participa. A razão de chance de 0,735 mostra que o jovem que costuma participar tem aproximadamente 27% menos chance de demonstrar sentimentos de apatia em relação à política do que o jovem que não participa. Em relação aos fatores restantes, pode-se afirmar que não existe, estatisticamente, significância para explicar a relação das respectivas variáveis com a falta de interesse pela política por parte dos jovens, tendo em vista o p-valor dos fatores ser maior que o estipulado ( $p\text{-valor} > 0,05$ ) e o valor 1,0 estar contido dentro do intervalo de confiança.

**Trabajo presentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política**  
**Montevideo, 10-12 de julio de 2019**

### **5 Considerações finais**

Estudos realizados na área da cultura política demonstram que o ceticismo com a política entre os jovens brasileiros tem aumentado nos últimos anos, principalmente devido ao agravamento da crise econômica e de seus reflexos no campo social, associado à inabilidade dos governantes em solucionar tais problemas. A presença de crises na economia e na política tende a contribuir para uma crise da própria democracia, que se manifesta, especialmente, no desapego dos cidadãos aos princípios democráticos (como a participação política) e na desconfiança em relação às instituições (como os partidos políticos e os representantes eleitos democraticamente). São em momentos como esses que os estratos compostos pelos jovens sentem uma falta maior de oportunidades, incertezas em relação ao futuro e desilusão com o estado atual das coisas.

Resultados obtidos no tópico anterior deste artigo vêm ao encontro desses estudos, pois demonstram que justamente as variáveis que influenciam o desinteresse, a indiferença e o descrédito dos jovens porto-alegrenses pela política estão relacionadas à participação política (seja por mecanismos tradicionais, seja por alternativos) e pela confiança depositada por eles nas instituições formais da política, ou seja, a socialização política, entendida como o processo de preparação ou habilitação para que os jovens possam participar da atividade política, não têm incentivado nos jovens estudantes sentimentos e comportamentos relacionados à importância da participação e um maior engajamento junto às esferas decisórias.

O ato de empoderar os jovens deve possibilitar não somente a participação ou o acesso à esfera pública, mas também; e principalmente, o questionamento de como as estruturas de poder se configuram no seu cotidiano. Na percepção da estruturação de uma nova cultura política juvenil, os dados da pesquisa não confirmam tal cenário, pelo contrário, apontam um déficit no processo de socialização desses jovens. Logo, conclui-se que, para a consolidação de um regime democrático estável e a produção de uma interessada politicamente é preciso que se institucionalizem sólidas bases de fomento de capital social e de cultura política, além de valores democráticos por meio de processos de socialização política, focados na construção de jovens cidadãos conscientes e participativos.

## Trabalho apresentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política

Montevideo, 10-12 de julio de 2019

### Referências

ALMOND, G.; POWELL, G. B.. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *La cultura cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones*. Madrid: Euroamérica, 1970.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, 2008, p. 380-413.

BAQUERO, Marcello. Socialização política e formação da personalidade política: uma perspectiva comparada. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Nações/Narrações: Nossas Histórias e Estória*. Porto Alegre: ABEA, 1998, p. 65-84.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleição, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, 2011, p. 369-399.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 65-69.

COLEMAN, James. *Foundation of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

FIGUEIREDO, D.; SILVA, J.. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, Jun. 2010, p. 160-185.

GEORGE, Darren; MALLERY, Paul. *SPSS for Windows Step by Step: A Simple Guide and Reference*. Boston: Allyn & Bacon, 2003. Disponível em: <https://wps.ablongman.com/wps/media/objects/385/394732/george4answers.pdf>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018, p. 111-133.

GREENSTEIN, Fred. Children and politics. In: GREENBERG, Edward S.. (Org.). *Political socialization*. New York: Atherton Press, 2009.

HESS, Robert D.; TORNEY, Judith V.. *The development of political attitudes in children*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.

HIGGINS, Silvio Salej. *Os fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005.

## Trabalho apresentado en el VI Congreso Uruguayo de Ciencia Política

Montevideo, 10-12 de julio de 2019

HYMAN, Herbert H.. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. New York: Free Press, 1969.

HOSMER, David. W.; LEMESHOW, Stanley. *Applied Logistic Regression*. New York: John Wiley, 2000, 375 p.

MOISÉS, José Álvaro de. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008, p. 11-43.

MOISÉS, José Álvaro de. Democratização e cultura de massas no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 26, p. 5-51, ago. 1992.

NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.

NAZZARI, Rosana Katia. *Empoderamento da juventude no Brasil: capital social, família, escola e mídia*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

PUTNAM, R. D.. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, Cássio Pinho dos; TORRES, Rodrigo Valente; ARAÚJO, Adrilane dos Reis; ALMEIDA, Silvia dos Santos de. Probabilidades de Ocorrência de Violência Sofrida por Adolescentes do Município de Parauapebas do Estado do Pará por Gênero. *Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística*, 19., São Pedro, 2010.

SCHMIDT, J. P.. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc-RS, 2001.

SIGEL, Roberta. Assumptions about learning political values. In: GREENBERG, Edward S. (Org.). *Political socialization*. New York: Atherton Press, Controversy Series, 1970. p. 19-23.

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza de. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, 2005, p. 155-163.

SOUZA, A. C.. Socialização política na escola: a escola socializa para a participação? *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1986, p. 73-86.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil* (Porto Alegre). 2015.